



APROXIMANDO A PRÁTICA DO DISCURSO

Após a denúncia, diretoria volta atrás e normativa será modificada para impedir a Abertura de Chaves até 75kV por Terceirizados



O discurso é lindo. Valorização dos trabalhadores, fim da terceirização, manutenção da empresa pública, responsabilidade com a sociedade catarinense. É tudo que o trabalhador gosta de ouvir. A Prática? Nem perto. Na última edição do Linha Viva ficou claro que a situação conflitante entre o que a diretoria prega a plenos pulmões e aquilo que trama entre as paredes da colegiada não são a mesma coisa.

Esta situação cria dois momentos que, apesar de distintos, andam de braços dados. O 1º é a falta de confiança na diretoria e o constante estado de vigilância de suas ações. Se por muito tempo alguém fala uma coisa e não cumpre, você deixa de acreditar. É assim que está a fé do celesquiano.

O segundo momento é um estreitamento das relações dos trabalhadores com os sindicatos da Intercel, crescente com a entrada de novos companheiros e com o descrédito na diretoria. A relação entre os celesquianos e os sindicatos sempre foi muito forte e por diversas vezes foi o que salvou a Celesc da privatização.

A constante vigília já faz parte do dia a dia dos sindicatos combativos e a força dos trabalhadores incorporada a este processo nos dá respaldo para continuar na luta em defesa da empresa pública e dos direitos dos trabalhadores

Da fala à ação

Diferente da diretoria, os sindicatos não ficam apenas no discurso. O caso mais recente que ilustra este fato foi a mudança na normativa de credenciamento de empreiteiras, que modificada permitia que terceirizados atuassem na abertura de chaves sem nenhuma restrição. Em reunião realizada no dia 17 de junho, terça-feira, com o Diretor de Distribuição, os sindicatos deixaram claro que a mudança da normativa é a privatização do setor elétrico. Além disso, cobraram do diretor a realização daquilo que é falado, afirmando veementemente que o sistema deve ser

operado exclusivamente por empregados próprios. Os sindicatos, assim como todos os celesquianos, não aceitam terceirizados operando abertura de chaves, independente da carga. O diretor defendeu a mudança na normativa afirmando que "preserva os empregados" ao disciplinar a abertura de chaves pelas terceirizadas. Entretanto, o diretor recuou e comprometeu-se a reeditar a normativa, excluindo a autorização para abertura de chaves acima de 75 kva. O diretor também solicitou que seja montado um Grupo de Trabalho para discussão de uma nova normativa que discipline a questão.

Para os sindicatos que compõem a Intercel a terceirização não pode atingir as atividades-fim das empresas. Está mais do que provado que a exploração da mão de obra terceirizada, além de precarizar o atendimento à sociedade, expõe os trabalhadores a riscos de saúde e segurança, tendo um dos mais altos níveis de acidentes de trabalho. Esta luta não é uma luta de palavras. É no dia a dia, fiscalizando e cobrando, buscando melhores condições aos celesquianos e defendendo a empresa pública que transformamos nosso discurso em mais do que meras palavras jogadas ao vento.



**LINHA VIVA
ESFACELADA: DE
QUEM É A CULPA?**

PG. 2

**CELESC NEGOCIA
SALARIO MINIMO
PROFISSIONAL**

PG. 3



PERCORRIDA DA CELOS CHEGA AO FIM LEVANDO TRANSPARÊNCIA AOS CELESQUIANOS

Nesta quinta-feira, dia 26, será realizada a última reunião da Prestação de Contas da Celos. Aproximando os participantes da realidade da Fundação e apresentando os resultados e diagnósticos dos planos previdenciário e de saúde, a Diretoria da Celos completa um processo de total transparência na gestão do patrimônio dos celesquianos.

A percorrida de Prestação de Contas foi instituída em 2002, após os trabalhadores terem eleito pela primeira vez o diretor Administrativo-Financeiro da fundação. De lá para cá, todos os eleitos, que tiveram apoio dos sindicatos que compõem a Intercel, promoveram a Prestação de Contas, ficando à disposição dos trabalhadores para debaterem o futuro da Celos, a importância de lutarmos por uma Celesc Pública e o papel fundamental dos trabalhadores neste processo.



CELOS

ELEIÇÃO CELOS: PRAZO DE INSCRIÇÃO TERMINA DIA 30

Termina nesta segunda-feira, dia 30/06, o prazo de inscrições de candidaturas a Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor de Segurança e Conselheiro Fiscal da Fundação Celos. Após esta data haverá prazo até o dia 04/07 para homologação e até o dia 10/07 para impugnações. A campanha eleitoral inicia no dia 11/07 e a eleição ocorre no dia 18/09. Fiquem atentos!

CELESC

LINHA VIVA ESFACELADA: DE QUEM É A CULPA?

Segundo Diretor de Distribuição, a falta de equipes de Linha Viva nas Regionais é culpa da postura dos administradores contra cláusula do Acordo Coletivo

Durante a reunião que tratou da normativa de credenciamento de empreiteiras e da permissão de terceirizados operarem a abertura de chaves (ver capa), o Diretor de Distribuição também foi cobrado pela falta de investimento em equipes próprias de linha viva. Segundo o diretor, o problema passa pela cláusula do Acordo Coletivo que regimenta o horário especial de verão para as equipes de linha viva.

A cláusula é motivo de disputa intensa há muito tempo. O próprio diretor sempre se manifestou contra o horário de verão de Linha Viva. Entretanto, durante a reunião, o diretor defendeu com entusiasmo as vantagens de equipes próprias de Linha Viva, afirmando entre outras vantagens a redução de DEC e FEC. Também revelou que há recursos disponíveis para investimentos em materiais e equipamentos para todas as regionais.

Diante da flagrante contradição entre ação e discurso, o diretor atribuiu a alguns administradores regionais a resistência à manutenção das equipes. A resistência ao Horário de Verão de Linha Viva por parte de alguns Administradores Regionais é histórica. Se por um lado o próprio Diretor citou o ex-administrador de Itajaí, afirmando que ele era um adversário intransigente do horário especial de verão para as equipes de linha Viva, na Regional de Joinville o horário de verão de Linha Viva sempre foi boicotado. Ao longo do tempo o boicote foi realizado de diversas formas: desmontar as equipes de Linha Viva durante o verão, mandar o caminhão para manutenção durante todo o verão, oferecer condições para um ganho financeiro extra através de horas extras em outros setores. Tudo para impedir que os trabalhadores utilizassem o bene-

fício, que assegura condições de saúde e segurança aos eletricitistas, resguardando sua integridade física em períodos de forte calor. O motivo? Uma muito falada (e nada provada) baixa produtividade durante o horário.

O fato é que ao jogar a culpa somente para os administradores o diretor se exime da responsabilidade de gerir a Linha Viva. Afinal, se o mesmo afirmou categoricamente que não faltam recursos para manter e

criar novas equipes e que estas são preponderantes para a redução de DEC e FEC e consequente melhora no atendimento à sociedade, por que não tomar a decisão e remontar as equipes de Linha Viva em todas as Regionais? Além disso, sabemos que muitos administradores regionais não compactuam da visão que impede o funcionamento de nossas equipes de Linha Viva. Prova disso é o Administrador de Itajaí, que entrou em contato com os dirigentes sindicais do Sintevi, afirmando ser defensor da Linha Viva. Além disso, Regionais como São Bento do Sul sempre primaram pela manutenção das equipes.

Para os sindicatos que compõem a Intercel, a decisão final de reestruturar a Linha Viva com pessoal próprio em todas as Agências Regionais deve partir da Diretoria. Ao retomar um serviço de suma importância, afastando a terceirização e dando condições de trabalho aos celesquianos, a empresa finalmente estaria caminhando na direção da valorização dos trabalhadores e internalização dos serviços. Para tanto, é fundamental que o Grupo de Trabalho criado pelo último ACT, com a finalidade de discutir as condições dos trabalhadores da Linha Viva, retome a discussão.

"Ao jogar a culpa somente para os administradores o diretor se exime da responsabilidade de gerir a Linha Viva. Afinal, se o mesmo afirmou categoricamente que não faltam recursos para manter e criar novas equipes por que não tomar a decisão e remontar as equipes de Linha Viva?"

CELESC NEGOCIA SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL



A situação do Salário Mínimo Profissional (SMP) dos engenheiros da Celesc já foi tema de capa do Linha Viva. Para os sindicatos que compõem a Intercel a decisão da diretoria de não pagar o SMP é equivocada, pois retira um direito adquirido dos trabalhadores. Desta forma, os sindicatos buscaram construir uma solução para a situação, através do Acordo Coletivo de Trabalho. Preservando a posição ideológica e deixando questões políticas do movimento sindical de lado, a Intercel, em conjunto com a Intersindical, participou de reunião nesta terça-feira, dia 24, com a Diretoria de Gestão da Celesc, para debater a situação e buscar alternativas para que o pagamento do SMP fosse retomado. Após muito debate, a Diretoria apresentou a proposta de aditamento do Acordo Coletivo de Trabalho Vigente, passando o piso dos

engenheiros, na tabela (cláusula 51) para R\$ 6,154,00, o que significa o retorno do direito adquirido.

A proposta da Diretoria será avaliada pelos trabalhadores, em assembleias a serem realizadas pelos sindicatos da Intercel, uma vez que qualquer mudança no ACT é precedida de aprovação da categoria.

O desfecho da situação do SMP, no entanto, aponta um tema mais amplo que deve ser discutido com urgência: a revisão do Plano de Cargos e Salários da empresa com revisão de todas as carreiras e remunerações, contemplando critérios de progressão salarial, por meio de promoções horizontais por merecimento e antiguidade; e mecanismos de gestão relacionados ao desempenho funcional, maturidade profissional, provimento de vaga e dimensionamento de pessoal.

"A Diretoria apresentou a proposta de aditamento do Acordo Coletivo de Trabalho Vigente, o que significa o retorno do direito adquirido"

nerações, contemplando critérios de progressão salarial, por meio de promoções horizontais por merecimento e antiguidade; e mecanismos de gestão relacionados ao desempenho funcional, maturidade profissional, provimento de vaga e dimensionamento de pessoal.

ASSEMBLEIAS REGIONAIS PARA O ACT 2014/15 INICIAM NA PRÓXIMA SEMANA

A campanha data-base para o Acordo Coletivo de Trabalho 2014/15 inicia na próxima semana com as Assembleias Regionais. Em todos os lugares do estado, os sindicatos que compõem a Intercel estarão realizando assembleias para que os trabalhadores apresentem suas reivindicações. A pré-pauta de reivindicações organizada pelas entidades sindicais será distribuída aos trabalhadores já nesta semana. A participação de todos os trabalhadores é fundamental para que as cláusulas, que serão unificadas na Assembleia Estadual, reflitam os anseios da categoria.



ACT 2014/15
CAPIVARI DE BAIXO

PARTICIPEM DAS ASSEMBLEIAS REGIONAIS DE 01 A 04 DE JULHO VAMOS JUNTOS EM BUSCA DE UM ACT JUSTO!

INTERCEL PARTICIPA DE CRH

Na última terça-feira, dia 17, os sindicatos que compõem a Intercel estiveram reunidos com a Diretoria de Gestão para debater alguns assuntos pendentes na Comissão de Recursos Humanos (CRH). Um dos casos debatidos foi a Unificação da Gratificação de Férias, conquistada durante as negociações do último ACT. Acontece que trabalhadores que anteriormente haviam entrado com ação judicial e perdido não estão recebendo o benefício. No debate da cláusula a Intercel defendeu que todos os trabalhadores tivessem direito ao benefício, não importando as querelas jurídicas anteriores ao Acordo. A diretoria afirmou que aguarda posicionamento do jurídico da empresa para dar um parecer. Outra questão debatida foi a determinação da Celesc para que trabalhadores que há tempos atuam em jornada de 6 horas, cumpram o intervalo de 15 minutos, acrescentando-os ao final do expediente. Os sindicatos argumentaram que a Celesc nunca cobrou que o intervalo fosse cumprido por fora da jornada, solicitando que a prática histórica fosse retomada. Para o Diretor, a habitualidade não representa direito e, portanto, a empresa continua com a cobrança. Não houve acordo sobre este ponto, que deve retornar ao debate.

Por fim, foi discutida a alteração na normativa de Licença Prêmio, que revoltou os celesquianos ao determinar que trabalhadores que faltarem acima de três dias, sem justificativa, perdem o mês de licença ou acrescentam um mês ao final do período aquisitivo. A normativa também prevê o acréscimo de um ano na contagem do tempo que dá direito à licença, para trabalhadores afastados por doença ou acidente de trabalho por período superior a três meses. Após argumentação da Intercel, o diretor acatou o pedido de exclusão do item que trata da penalização por acidente de trabalho. Também aceitou ampliar para seis meses o período de afastamento por doença, sem penalização. Ficou acordado ainda que a soma dos afastamentos no período aquisitivo, desde que não ultrapasse 12 meses, não sofrerá acréscimo de um ano ao final do período. Os sindicatos ainda aguardam a proposta final de redação ser enviada pela diretoria.

Intercel
Intersindical dos eletricitários de Santa Catarina

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC

Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Dirceu Simas
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000
| (047) 3028-2161 | E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

www.sindinorte.org.br
www.sinergia.org.br
www.sintresc.com.br
www.intersul.org.br

OS SEIS PRINCÍPIOS DA SOBERANIA ALIMENTAR

A soberania alimentar é o direito dos povos à alimentação saudável e culturalmente adequada produzida através de métodos ecologicamente corretos e sustentáveis. É o seu direito de definir suas próprias políticas e sistemas alimentares e agrícolas. Este conceito foi introduzido mais relevância em 1996 pela Via Campesina, em Roma, por ocasião da Cúpula Mundial de Alimentação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

A soberania alimentar prioriza mercados economias locais e nacionais, o fortalecimento do campesinato, bem como a produção de alimentos, distribuição e consumo baseados na sustentabilidade ambiental, social e econômica. Também promove o comércio transparente, com garantia de renda e direito do consumidor controlar sua alimentação e nutrição. A soberania alimentar garante que os direitos de utilização e gestão terras, territórios, águas, sementes, animais e da biodiversidade está nas mãos daqueles que produzem os alimentos. Dá origem a novas relações sociais, livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e gerações.



Os seis princípios básicos sobre os quais se baseia a Soberania Alimentar são:

1 Alimentos para Pessoas: levanta-se o direito a uma alimentação suficiente, alimentação saudável e culturalmente adequada para todos os indivíduos, povos e comunidades, incluindo aqueles que estão com fome, sob a ocupação, em conflito e são marginalizados; rejeita a proposição de que a comida é apenas um outro pedaço mercantilizada para o agronegócio internacional.

2 Valoriza que fornece alimentos: respeita os direitos de homens e mulheres, camponeses / agricultores e / como a família, os pastores / as, artesãos / como a pesca tradicional, os moradores da floresta, povos indígenas e trabalhadores / como a agricultura e a pesca, quem cultiva, colhe e processa alimentos; rejeita as políticas, ações e programas que subestimem estas pessoas, ameacem e eliminem os seus estilos de vida.

"A soberania alimentar prioriza mercados economias locais e nacionais, o fortalecimento do campesinato, bem como a produção de alimentos, distribuição e consumo baseados na sustentabilidade ambiental, social e econômica"

3 Localiza Sistemas Alimentares: A soberania alimentar promove encontros com / como / produtores e consumidores / as de alimentos; coloca provedores e consumidores no centro da tomada de decisões sobre questões relacionadas à alimentação; protege fornecedores de alimentos e ajuda alimentar nos mercados locais; protege as pessoas de consumir alimentos de baixa qualidade e prejudiciais à saúde e alimentos contaminados por organismos geneticamente modificados; resiste a estruturas de governança, acordos e práticas que dependem e promovam o comércio internacional insustentável e injusto, e sem qualquer responsabilidade por suas ações.

4 Capacita Localmente: a soberania alimentar, dá o controle do território, terra, pastagem, água, sementes, gado e peixes para fornecedores de alimentos locais e respeita os seus direitos. Eles podem usar e compartilhar estes recursos buscando a preservação social e ecologicamente sustentável da diversidade; reconhece que os territórios locais, muitas vezes atravessam as fronteiras geopolíticas e assegura o direito das comunidades locais para habitar e usar seus territórios; promove a interação positiva entre os prestadores de alimentos em diferentes regiões, territórios e de diferentes setores, o que ajuda a resolver conflitos internos ou conflitos com as autoridades locais e nacionais; rejeita a privatização dos recursos naturais por meio de leis, contratos comerciais e regimes de direitos de propriedade intelectual.

5 Constrói Conhecimento e Habilidades: A soberania alimentar é baseada na habilidade e conhecimento local de fornecedores de alimentos e suas organizações locais que conservam, desenvolvem e gerenciam sistemas de produção e de colheita localizados e cuja sabedoria podem ser transmitidos para as gerações futuras; e rejeita tecnologias que prejudicam, ameaçam, contaminam como a engenharia genética.

6 Trabalhando com a Natureza: A soberania alimentar utiliza as contribuições da natureza de diversas maneiras com métodos agroecológicos de produção e colheita, que maximizam as contribuições dos ecossistemas e melhoram a capacidade de ajustar e adaptar-se, especialmente para as alterações climáticas; tenta curar o planeta para que o planeta possa nos curar; e finalmente rejeita métodos que prejudicam as funções do ecossistema benéficos, os que dependem de monoculturas intensivas de energia, fábricas de animais, práticas de pesca destrutivas e outros métodos de produção industrializada, que danificam o meio ambiente e contribuem para o aquecimento global.

Mais informações: Via Campesina e Soberania Alimentar

<http://www.loquesomos.org/index.php/es/amasando/tierra-campesina/14870-los-6-principios-basicos-de-la-soberania-alimentaria>

